

ENTREVISTA

Rui Patrício O advogado duvida da eficácia das medidas combinadas com a *troika*

“A Justiça é hipocondríaca, gosta de falar das suas doenças”

Texto **JOÃO GARCIA**
Fotos **ANTÓNIO PEDRO FERREIRA**

Apesar do que se diz, acredita na Justiça. Rui Patrício, advogado, membro do Conselho Superior da Magistratura, afirma que as medidas impostas pela *troika* não resolvem os problemas dos tribunais. Não quer mais leis, quer outra mentalidade.

❑ É frustrante trabalhar numa atividade em que tudo parece correr mal?

❑ Não. Porque embora tudo pareça correr mal, não é isso o que acontece na realidade.

❑ Discorda, então, que a Justiça seja um dos principais problemas do país.

❑ Não só discordo como considero que não há uma especial crise. A Justiça é hipocondríaca.

❑ Como???

❑ Dá demasiada importância aos problemas. Gosta de falar das suas doenças, acha que todos elas são mortais, e na minha opinião não são.

❑ Foi um colega seu de escritório quem disse ter assistido, recentemente, à mais errada das decisões de que teve conhecimento em 50 anos de profissão.

❑ É verdade. Foi uma legítima indignação, num caso concreto e não se pode extrapolar.

❑ Há um largo conjunto de decisões que tem deixado muita gente indignada.

❑ São apenas a ponta de um icebergue. Não se pode retratar a Justiça olhando apenas para os casos que ganham mediatismo.

❑ Acha normal que o procurador-geral da República tenha mandado abrir inquéritos a vários procuradores e os mais importantes tenham acabado em arquivamento?

❑ Não me quero pronunciar, porque fui advogado de uma das procuradoras. Gostava de dar a minha opinião, mas não posso...

❑ ... mas pode falar sobre os ou-



tros. Por exemplo, sobre os procuradores do Freeport.

❑ É normal que haja a abertura de um processo e tudo termine num arquivamento...

❑ Se fosse só um caso... Mas quando acontece a todos?

❑ Pois. Mas como estive envolvido, preferia não dizer mais.

❑ Não é estranho a Justiça estar fora da campanha eleitoral?

❑ Sem dúvida. A Justiça é uma matéria de Estado e é fundamental. Nas campanhas, os problemas abordam-se pela rama.

❑ Os políticos têm medo de tocar no tema?

❑ Não sei. Sei é que raramente tocam em temas de Estado.

❑ Mas a regra é o poder político fugir de falar da Justiça, invocando a separação de poderes.

❑ O princípio da separação de poderes é importante. Mas quem legisla e quem toma medidas administrativas é o poder político — e o problema é que a única coisa que fazem é mudar leis.

Os problemas resolvem-se mudando mentalidades, acabando com a críspação entre todos os intervenientes, racionalizando a gestão e mantendo o diálogo entre quem dá os meios e quem faz os tribunais funcionar.

❑ O Conselho Superior da Magistratura (CSM), que integra, funciona bem?

❑ A única coisa que digo é que me tenho sentido confortável com o CSM que temos.

❑ Também se sente confortável com um sistema de avaliação de juízes que atribui classificações de Bom ou Muito Bom a quase todos os juízes?

❑ Sinto-me confortável com todos os aspetos.

❑ Ao contrário de si, o Presidente da República diz que a Justiça é um dos grandes problemas e por isso convocou um Encontro sobre Justiça para segunda-feira. Concorda com uma ação destas em período eleitoral?

❑ Não vejo qualquer problema.

❑ Há alguém que recusasse defender?

❑ Houve muitas pessoas que não aceitei defender. Como advogado, tenho o direito de aceitar apenas os casos em que acredito.

❑ Então compreende os seus colegas que têm recusado defender Carlos Silvano, o ‘Bibi’?

❑ Não quero nem posso fazer comentários.

❑ Foi publicado nos EUA um re-

A JUSTIÇA E A TROIKA

A *troika* impôs alterações na legislação e na forma de funcionamento dos tribunais. Rui Patrício “esperava que isso pudesse acontecer”. Agora é preciso que as indicações macro da *troika* sejam articuladas com quem no terreno conhece o problema”. E faz sentido o que propõem? “É difícil responder de forma sucinta. Diria que as medidas são positivas, mas por si só não vão resolver o problema”. Sobre a possibilidade de haver uma revisão do Código de Processo Civil até ao final do ano, como combinado com a *troika*, Rui Patrício é cauteloso: “Possível é. Podem fazer-se revisões com muita rapidez e temos exemplos disso. Mas é preciso ver se a rapidez não é inimiga da qualidade. No entanto, repito que não é imperioso rever qualquer código para resolver problemas da Justiça”.

latório que aponta Portugal como um dos países onde é “preocupante” o problema da lavagem de dinheiro.

❑ A nossa legislação, neste domínio, é avançada. Do que conheço, o diagnóstico é um bocadinho exagerado e os problemas que subsistem podem ser ultrapassados dotando as autoridades dos meios adequados.

❑ O que os EUA disseram não é diferente do que afirma, entre outros, a procuradora Maria José Morgado.

❑ Pois. Mas eu também penso que os diagnósticos que ela faz são um bocadinho exagerados.

❑ Em Portugal há a sensação de que não vale a pena recorrer à Justiça.

❑ O que é injusto e exagerado.

❑ Já se sentou no banco dos réus? Qual foi a sensação?

❑ Não foi nada agradável, embora o processo tenha tido um bom desfecho. Agora a sensação, claramente, não é mesmo nada agradável — mesmo quando está em causa um processo de desobediência no trânsito — e é bom que o advogado perceba o que sentem os seus clientes.

❑ Normalmente faz-se Justiça?

❑ Na maioria dos casos, sim.